

MANIFESTAÇÃO DURANTE REUNIÃO DA SRA. SOLEDAD MUÑOZ, RELATORA ESPECIAL SOBRE DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS, CULTURAIS E AMBIENTAIS (REDESCA) DA COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH) DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA), COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA, EM SÃO PAULO (12 DE JUNHO DE 2023)

Prezada Sra. Soledad Muñoz, Relatora Especial sobre Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (REDESCA),

Meu nome é Jefferson Nascimento, coordenador de Justiça Social e Econômica da Oxfam Brasil, organização da sociedade civil brasileira que tem como missão o combate às desigualdades e a promoção da justiça social no Brasil. Em nome da Oxfam Brasil, agradeço a Artigo 19 pela organização desse importante encontro, além de dar boas-vindas.

Esta visita oficial da REDESCA ao Brasil acontece em um contexto muito distinto da vinda anterior ao país, em novembro de 2018, durante a missão oficial da CIDH, a primeira realizada ao Brasil desde o final dos anos 1990. Desde aquela vinda, os brasileiros e brasileiras enfrentaram uma tempestade em nossa democracia, a qual sobrevivemos em grande medida pelos esforços e luta da resiliente sociedade civil do Brasil, incluindo muitas organizações hoje representadas neste encontro. Durante esse período, o apoio da CIDH também foi importante, dando ressonância às vozes no Brasil que denunciavam abusos de direitos humanos e retrocessos democráticos.

Este novo momento, porém, não está isento de grandes desafios. 33 milhões de pessoas enfrentam a fome no Brasil,¹ o equivalente ao total da população do Peru. Dois em cada 10 lares com crianças de até dez anos no país estão em insegurança alimentar grave. Quase sete em cada 10 lares chefiados por pessoas negras enfrentam restrições alimentares, o mesmo ocorrendo com seis em cada 10 lares chefiados por mulheres. 62,5 milhões de brasileiros estão abaixo da linha da pobreza,² o equivalente à soma das populações de Argentina e Chile; dessas, quase 18 milhões se encontram na extrema pobreza, o mesmo que a população total do Equador. Nosso encontro, hoje, ocorre em São Paulo, maior cidade do país cuja população em situação de rua chegou a 52 mil pessoas em 2023,³ número mais de 13 vezes superior ao registrado em 2012. O Brasil vive uma pandemia de desigualdade.⁴

Como bem estabelecido pela CIDH em 2017,⁵ a pobreza constitui um problema de direitos humanos que se traduz em barreiras e impedimentos ao gozo e exercício desses mesmos direitos – em especial dos DESCAs – em condições de igualdade real por parte de pessoas e comunidades com maior exposição a esse tipo de

¹ Rede Pensann. II Inquérito de Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 <https://olheparaafome.com.br/>

² CNN Brasil. Pobreza tem alta recorde e atinge 62,5 milhões de brasileiros em 2021, diz IBGE <https://bit.ly/3P71hph>

³ EBC. 52 mil pessoas em situação de rua vivem na cidade de São Paulo. 06 de abril de 2023 <https://bit.ly/3NsJyYb>

⁴ Oxfam Brasil. A epidemia de desigualdade no Brasil. 16 de janeiro de 2022 <https://bit.ly/3NpNzWu>

⁵ CIDH. Pobreza y derechos humanos. 7 septiembre 2017 <https://bit.ly/43Vj6vr>

vulnerabilidade, como populações afrodescendentes, indígenas, camponesas, ribeirinhas e localizadas em regiões de difícil acesso.⁶

A população brasileira está ciente desse quadro e demonstra amplo apoio a políticas públicas de redução de desigualdades e combate à pobreza. Cito, por exemplo, dados da última pesquisa Nós e as Desigualdades,⁷ publicada pela Oxfam Brasil em parceria com o Instituto Datafolha em agosto de 2022, que mostrou que 96% dos brasileiros acreditam que é obrigação dos governos garantirem recursos para programas de transferência de renda e que 95% creem que esses programas devem atender todas as pessoas em situação de pobreza.

Diante desse contexto, a Oxfam Brasil gostaria de remeter às recomendações feitas ao governo brasileiro pela REDESCA após a missão oficial da CIDH ao Brasil em novembro de 2018,⁸ principalmente à avaliação mais recente sobre a pendência de cumprimento, conforme consta no Relatório Anual de 2022 da Comissão.⁹ Destacamos três tópicos:

1. **Política Fiscal:** Atualmente, o Congresso Nacional brasileiro discute uma reforma tributária e a alteração do arcabouço fiscal do país.
 - a. Reforma tributária: Tida como uma das principais prioridades políticas do Brasil em 2023 e parte integrante da plataforma que elegeu o atual presidente, tem focado em um primeiro momento em alterações em impostos indiretos, principalmente sobre o consumo, que são inerentemente regressivos. A reforma sobre impostos diretos, principalmente sobre renda e patrimônio, cujo aumento do peso na carga tributária total sem maior potencial de aumentar a progressividade do sistema, foi postergada para um segundo momento. É fundamental que essa agenda não seja esquecida.¹⁰
 - b. Novo arcabouço fiscal: O Parlamento brasileiro também debate novas regras fiscais, em substituição ao Teto de Gastos estabelecido pela Emenda Constitucional nº. 95/2016, que criou o regime de austeridade econômica mais duro do mundo.¹¹ As novas regras (PLP 93/2023), embora representem avanços importantes em relação ao Teto de Gastos, teve seu texto alterado durante a tramitação na Câmara dos Deputados, transformando os pisos de gastos com saúde e educação, constitucionalmente garantidos hoje, em tetos,¹² sinalizando de forma preocupante uma futura eliminação dos patamares mínimos de investimentos públicos nessas áreas sociais.

⁶ Ibid., para. 91.

⁷ Oxfam Brasil. *Nós e as Desigualdades*, 4ª ed. Agosto de 2022 <https://bit.ly/NosDesigualdades2022>

⁸ CIDH. *Situação dos direitos humanos no Brasil*. 12 de fevereiro de 2021 <https://bit.ly/3A9ISyh>

⁹ CIDH. *Informe Anual 2022 – Seguimiento de recomendaciones formuladas por la CIDH en sus informes de país o temáticos – Brasil* <https://bit.ly/3Je1oeN>

¹⁰ Agência Brasil. *Reforma tributária: foco no consumo limita redução de desigualdades*. 10 de junho de 2023 <https://bit.ly/3p4G5ph>

¹¹ BBC Brasil. *PEC que congela gastos é ação 'radical' e 'ideológica' que vai pesar sobre os mais pobres, diz representante da ONU*. 10 de dezembro de 2016 <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-38270520>

¹² Coalizão Direitos Valem Mais. *SENADO: Pisos de Saúde e Educação Ameaçados pelo Arcabouço Fiscal – estados e municípios serão os mais prejudicados!*. Junho de 2023 <https://bit.ly/3N7cfZ3>

2. **Orçamento e políticas públicas:** Em um processo de reconstrução de políticas públicas debeladas nos últimos quatro anos, a agenda orçamentária é fundamental. Em 2022, o projeto de lei orçamentária enviado pelo governo Bolsonaro não garantia recursos mínimos para a manutenção de políticas públicas importantes, como o programa de transferência de renda, tendo de ser corrigido pelo novo governo eleito no final do ano. Um exemplo do impacto da retomada de aportes orçamentários a políticas públicas essenciais está no combate ao trabalho análogo a escravo: a partir de 2023, o governo federal não vetou emendas ao orçamento propostas por congressistas, com apoio de organizações da sociedade civil, que buscavam garantir mais recursos para as ações de fiscalização e combate ao trabalho escravo. Ao não vetar essas emendas, o orçamento teve um aumento de 36,42% com relação a 2022. Um dos resultados é o total de 1.201 trabalhadores em situação análogas à escravidão nos cinco primeiros meses de 2023,¹³ uma alta de 140% na comparação com o mesmo período de 2022 e um recorde nos últimos 15 anos.¹⁴

3. **Políticas de promoção de equidade socioeconômica com perspectiva étnico-racial e de gênero:** Medidas recentes adotadas no âmbito do Poder Legislativo brasileiro podem representar violações ao princípio da não regressividade dos direitos humanos, entre elas:

a. Marco temporal: Em maio de 2023, a Câmara dos Deputados aprovou¹⁵ o texto do Projeto de Lei n.º 490, de 2007, que consagra a tese do “marco temporal”. A medida representa uma clara limitação ao exercício de direitos territoriais de povos indígenas e comunidades tradicionais, conforme previsto pela Constituição Federal brasileira de 1988, contrariando o que dispõe a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, conforme reconhecido pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em mais de uma oportunidade.¹⁶

b. Desmantelamento de ministérios: O Congresso Nacional, durante análise da reorganização do gabinete do presidente Lula (MP 1154/2023),¹⁷ retirou competências dos Ministérios dos Povos Indígenas (MPI) e do Ministério do Meio Ambiente (MPA), liderados por uma mulher indígena (Sonia Guajajara) e negra (Marina Silva), respectivamente. As mudanças incluíram a retirada das atribuições sobre demarcações de terras do MPI¹⁸ e limitações à atuação do MMA

¹³ Governo do Brasil. **Fiscalização resgatou 1.201 trabalhadores de condições análogas à escravidão este ano.** 12 de maio de 2023 <https://bit.ly/43XS2vH>

¹⁴ G1. **135 anos da Lei Áurea: Brasil resgatou 1.201 trabalhadores em condições análogas às de escravo em 2023.** 13 de maio de 2023 <http://glo.bo/45WeyHj>

¹⁵ Câmara dos Deputados. **Câmara aprova projeto do marco temporal para demarcação das terras indígenas.** 30 de maio de 2023 <https://bit.ly/463Rs1q>

¹⁶ CIDH. **Brasil: preocupa a CIDH tesis jurídica ‘marco temporal’ que pondría en riesgo derechos de pueblos indígenas,** 31 de mayo de 2023 <https://bit.ly/3Nr6xmb>; CIDH. **CIDH expresa preocupación ante proyectos de ley en Brasil que podrían constituir retrocesos en materia de derechos humanos de los pueblos indígenas.** 9 de septiembre de 2021 <https://bit.ly/3MXUf3q>; CIDH. **Informe Anual 2022 – Seguimiento de recomendaciones formuladas por la CIDH en sus informes de país o temáticos – Brasil,** para. 171

¹⁷ Senado Federal. **Senado aprova MP dos ministérios e aliados minimizam mudanças.** 01 de junho de 2023 <https://bit.ly/452CYzv>

¹⁸ G1. **Comissão aprova MP que reestrutura ministérios; demarcação de terras sai dos Povos Indígenas e vai para a Justiça.** 24 de maio de 2023 <http://glo.bo/3qB8ovL>

na gestão de recursos hídricos e no cadastro ambiental rural,¹⁹ uma sinalização da parcela do Parlamento brasileiro ligada ao setor do agronegócio. Tais medidas, além de representarem limitações a direitos territoriais indígenas, colocam em xeque a prioridade dada pelo governo federal brasileiro ao combate do desmatamento e compromisso de enfrentamento dos efeitos das mudanças do clima.

¹⁹ ClimalInfo. **Câmara aprova texto-base da MP 1154 com mudanças que enfraquecem Meio Ambiente.** 1º de junho de 2023 <https://bit.ly/43E16Zi>